

## Nos bastidores de um jornal anarquista: as particularidades do processo de produção de um jornal libertário na Primeira República Brasileira (1900-1935)

Behind the scenes of an anarchist newspaper: the particularities of the production process of a libertarian newspaper in the First Brazilian Republic (1900-1935)

Lucas Thiago Rodarte Alvarenga\*

**RESUMO:** Como era produzido um jornal destinado à propaganda anarquista no início do século XX? Para dar conta dessa pergunta, o presente artigo vai em busca de fontes jornalísticas publicadas em São Paulo entre 1900 e 1935, com o objetivo de elencar as particularidades envolvidas no processo de feitura de um periódico libertário, no que tange os atores envolvidos, o processo de financiamento, a escolha da tipografia e impressão e sua distribuição. Para tal, foram escolhidos os jornais *A Lanterna*, *O Amigo do Povo*, *Germinal*, *A Terra Livre*, *La Battaglia*, *Guerra Sociale* e *A Plebe*, como exemplos comparativos para traçar essas particularidades. Essa comparação torna-se importante para analisar as diversas nuances na forma como os trabalhadores lidaram com esse meio de comunicação e, principalmente, como estes enfrentaram as dificuldades para se produzir a propaganda anarquista no Brasil nesse momento.

**Palavras chave:** Imprensa anarquista; grupos de propaganda; cultura libertária; jornalismo

**ABSTRACT:** How was a newspaper for anarchist propaganda produced in the early 20th century? In order to answer this question, the present article looks for journalistic sources published in São Paulo between 1900 and 1935, with the objective of listing the particularities involved in the production process of a libertarian journal, regarding the actors involved, the process financing, the choice of typography and printing and its distribution. To this end, the newspapers *O Amigo do Povo*, *A Terra Livre*, *Germinal*, *La Battaglia*, *Guerra Sociale* and *A Plebe* were chosen as comparative examples to outline these particularities. This comparison becomes important to analyze the different nuances in the way the workers dealt with this

---

\* Doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis-SP). Bolsista FAPESP, processo nº 2018-16271-7. Contato: lucgenesis@yahoo.com.br

means of communication and, mainly, how they faced the difficulties to produce anarchist propaganda in Brazil at that time.

**Keyword:** Anarchist press; advertising groups; libertarian culture; journalism.

A imprensa sempre foi tratada com um protagonismo especial pelos anarquistas em qualquer parte do mundo. E não foi diferente aqui no Brasil. Ela era uma ferramenta essencial na divulgação da propaganda anarquista. Ainda no fim do século XIX, a imprensa adentrou o campo das atividades industriais e cotidianas da sociedade, assumindo protagonismo enquanto meio hegemônico de comunicação, inclusive no que se refere aos trabalhadores, como atesta a criação de uma florescente imprensa de operários, que procurava se distinguir - seja ideológica ou financeiramente - da produzida pelas camadas dominantes. Os recursos técnicos para a fabricação de jornais, de uma maneira geral, foram perdendo o seu caráter artesanal, ainda que grande parte dos jornais operários continuassem a ser confeccionados artesanalmente e passam a ser submetidos aos padrões industriais e aos imperativos de lucratividade. A notícia passou a ser mercadoria. Alguns dos jornais operários não ficaram imunes a essas mudanças, ainda que sua produção respondesse a outros imperativos que não o econômico. (ALVARENGA, 2017, p. 34).

A autora Maria Nazaré Ferreira, em seu livro *A imprensa operária no Brasil*, lembra que o jornal operário era produzido pelo trabalhador não enquanto uma mercadoria, destinada à venda, mas com um caráter político, ou seja, tratado como “um instrumento de informação, conscientização e mobilização; o receptor não é um elemento passivo, mas alguém com interesses comuns e participa da organização”. (FERREIRA, 1988, p.6).

Laura Antunes Maciel elucida que a imprensa operária colocou para os trabalhadores o compromisso de lidar com a responsabilidade sobre a palavra escrita, uma vez que lhes cabia redigir seus próprios jornais, o que possibilitou o embate de ideias num suporte material e palpável. A imprensa, habitualmente tornada prova e testemunha, também ensejava laços de solidariedade e o trabalhador militante passou a se reconhecer também no texto e nas imagens dos periódicos, capazes de lhe suscitar uma experiência sensível relacionada às vivências no mundo do trabalho. O jornal possibilitou “identificação, resistência, crítica; suscitou, sobretudo, opinião”. (MACIEL, 2008, p.115).

Leandro Ribeiro Gomes, ao interpretar os embates entre as correntes revolucionárias do movimento operário, representadas em suas produções jornalísticas, definiu a imprensa operária como um campo político e cultural específico, sendo que muitas das especificidades

e disputas ideológicas desta imprensa, com seus acalorados debates teóricos e discursos políticos, eram definidos como “estratégias” na busca de uma distinção, isto é, aspectos que diferenciavam um grupo de outros, ou seja, “cabia discernir o que cada grupo mobilizava para convencer o maior número de adeptos dentro do movimento operário”. (GOMES, 2019, p.28). A imprensa produzida por esses grupos também seguia essa estratégia e buscava a todo custo se diferenciar dos seus grupos concorrentes, visando sempre o posicionamento do jornal na mente dos leitores.

Ao refletir nessa questão, muito da historiografia produzida sobre a temática da produção jornalística brasileira,<sup>1</sup> quando trata dos jornais produzidos pela classe operária, imaginava-os a partir da noção de uma “distinção”, isto é, distantes sob o ponto de vista técnico e ideológico, da produção jornalística de caráter comercial. Esse posicionamento dos pesquisadores é mais evidente quando se trata dos embates ideológicos entre grupos políticos na disputa pelo discurso hegemônico no interior da classe operária, postura que se repete sob o ponto de vista da produção material (artesanal versus comercial). Pressupõe-se que, para estudar a imprensa operária, seria necessário diferenciá-la em sua materialidade, o que, mesmo de forma indireta, acabava por inferiorizá-la por não ter caráter comercial, razão pela qual a produção em si desses impressos acabou relegada a segundo plano. Não se trata de negar esse aspecto, mas de reconhecer que a constatação não resolve o problema, pelo contrário levanta a questão de como foram produzidos, tanto enquanto objeto (o exemplar físico) como enquanto concepção gráfica.

Aqui se trata de encarar a imprensa operária como parte integrante da produção jornalística do início do século XX, ou seja, parte-se do pressuposto de que ela possuía atributos específicos na produção, levada a cabo no âmbito da tipografia, impressão e circulação, aspectos esses que mais a aproximava da produção dos jornais comerciais do que a distanciava e, mais do que isso, a imprensa operária, assim como os jornais comerciais, tornou-se “prática social constitutiva e instituinte dos modos de viver e pensar a cidade” (CRUZ, 2013, p.13), compondo o *corpus* dos jornais que constituía a “opinião pública”, a voz da população urbana, em rápido crescimento naquele momento, impressa nas páginas dos jornais espalhados pela cidade de São Paulo.

Numa perspectiva histórica, tal como propôs Heloísa Faria Cruz, toma-se essa imprensa como espaço privilegiado no qual se deu “a constituição do espaço urbano e a construção de lugares, sociabilidades e práticas culturais da cidade” (CRUZ, 2013, p. 14),

---

<sup>1</sup> Cf. BAHIA, 1972; BARBOSA, 1997; SODRÉ, 1999; CRUZ, 2013.

enfim, a formação de uma “esfera pública”<sup>2</sup> de debates políticos, incitada nas páginas dos jornais. Esses periódicos também expressam formas pelas quais trabalhadores e militantes liam e interpretavam o mundo e seus discursos jornalísticos também eram “produções simbólicas e representações do mundo social”. (GOMES, 2019, p.19).

Essa imprensa, portanto, é encarada como espaço social e cultural no qual se forjam sociabilidades e que expressa as vozes dos trabalhadores, razão pela qual deve ser analisada enquanto um acontecimento, isto é, vinculada à “experiência” vivenciada pelos operários no dia-a-dia de combate contra as incertezas da vida. E experiência, perspectiva de E.P. Thompson, refere-se à ideia do “fazer-se”, um processo ativo de construção, tendo em vista tanto a ação humana quanto seus condicionamentos, no nosso caso a produção de formas de comunicação no interior da classe trabalhadora em formação e, ainda, na mediação entre esta e a sociedade. (THOMPSON, 2011). Thompson pretende, efetiva e conscientemente, ressaltar esse movimento de “auto fazer-se” das classes sociais ao longo da história, como um processo de idas e vindas que define os homens, enquanto vivem a sua própria história. A noção de formação de classe – e de seus dispositivos – engloba a formação cultural e econômica, tecidas pelos agentes sociais envolvidos nessa construção.

Para além disso, é importante levar em conta a ideia de construção de um “arcabouço técnico jornalístico”, isto é, esses jornais eram produzidos por operários que tinham experiência de trabalhar em tipografias, fossem as mais avançadas, como as dos jornais empresariais, que estavam tecnologicamente bem equipadas e eram modernas, ou modestas tipografias que seguiam utilizando processos tradicionais de composição e impressão. A prática diária com as letras, somada às experiências que imigrantes de diferentes países aportavam em uma cidade como São Paulo, são ingredientes que devem ser considerados na constituição de uma cultura libertária que teve na imprensa periódica seu meio de expressão e difusão. (CORDERO, 2017, p. 276).

Sob essa perspectiva, a análise crítica dos jornais requer atenção especial a esses projetos levados a cabo pelos trabalhadores e como contribuíram para a construção de uma identidade libertária, em formação, que tinha que lutar contra as desigualdades e as péssimas condições de vida e trabalho. A produção de jornais, inserida nessa ação política e cultural, tal como proposta pelos anarquistas na cidade de São Paulo, integravam um sistema

---

<sup>2</sup> Habermas entende que a mídia, representada aqui pelos jornais, é um espaço de visibilidade e debate. Os meios de comunicação interagem na esfera pública, mas não necessariamente irão lhe determinar, já que há outros espaços de discussão. A opinião pública, para ele, é uma forma de estrutura intermediária que faz a mediação entre o Estado e a sociedade civil. A esfera pública seria um lócus de discussão pública entre os indivíduos de uma comunidade política. Os jornais serviriam como o reverberador dessas discussões, trazendo em suas páginas as pautas informativas de interesse público. Cf. HABERMAS, 2014, p. 213-214.

mais abrangente de produção que incluía outros materiais impressos de propaganda libertária e conscientização dos trabalhadores. E como essa produção permite colocar no centro da cena a dinâmica organizativa de diferentes grupos, tendo em vista a obtenção de financiamentos, mas também o projeto gráfico e seus aspectos estéticos, assim como as diversas estratégias de distribuição e circulação, o que, de fato, não distancia esses jornais da prática vigente nas redações jornalísticas dos jornais-empresas. A ambição desse artigo é, portanto, tomar os jornais operários desde sua concepção à circulação. Para tal ação, elenca-se aqui os jornais dos quais coletamos dados para a produção desse estudo, sendo o jornal *A Lanterna*, em sua primeira fase, publicado entre 1901 e 1904; *O Amigo do Povo* (SP), publicado entre 1902 e 1904; *Germinal* (SP), publicado em 1902; *La Battaglia* (SP), entre 1904 e 1912; *A Terra Livre* (SP-RJ), entre 1905 e 1910; *Germinal-La Barricata* (SP), entre 1913 e 1915; *Guerra Sociale* (SP), entre 1915 e 1917 e *A Plebe* (SP-RJ), publicado, com interrupções, entre 1917 e 1950. Todos os jornais foram produzidos em São Paulo e Rio de Janeiro, mas circularam por todo o Brasil e exterior.

### Os grupos de propaganda e a organização da imprensa operária

A primeira das análises recai sobre os diferentes grupos sociais que produziram essa imprensa operária, seus processos de formação, a mobilidade dos indivíduos pelos grupos e os processos de organização e confecção dos seus jornais, bem como a inter-relação entre os grupos, refletindo na forma como os jornais se apresentariam aos trabalhadores.

A confecção de um jornal envolvia um conjunto de indivíduos, de fato, um grupo que se pode chamar de propaganda, já que o impresso cumpria a função de difundir determinada doutrina anarquista que, se concretizada via revolução social, modificaria as duras condições de vida e trabalho vigentes no país. A concepção e manutenção dos jornais eram tarefas desses grupos<sup>3</sup>. Mas como eles eram formados? A questão, que não comporta resposta simples, pode ser remetida às agruras compartilhadas cotidianamente, à sensação de injustiça e abandono, enfim, pelo reconhecimento de que os problemas enfrentados eram

---

<sup>3</sup> Os historiadores Luigi Biondi e Edilene Toledo, em seus estudos sobre jornais anarquistas italianos e sobre o periódico *O Amigo do Povo*, respectivamente, afirmam que os grupos de afinidade, essas organizações espontâneas de indivíduos em prol da organização sindical e da educação libertária, formavam-se com o objetivo, entre outras coisas, de redigir jornais, publicar livros e opúsculos, administrar escolas libertárias, gerenciar bibliotecas, enfim trabalhar em favor da conscientização política dos trabalhadores de São Paulo. Ainda segundo eles, o jornal libertário espelhava a base política do anarquismo, tendo na cooperação voluntária entre pequenos grupos, seu pilar de sustentação. A maior parte desses grupos buscava, sobretudo pela imprensa, dar aos trabalhadores a convicção de que sua condição poderia ser modificada e que haveria uma solução revolucionária para isso. Muitas vezes, eram compostos por qualquer pessoa interessada em discutir as temáticas ou ajudar na confecção e no aporte financeiro dos jornais. Cf. BIONDI, 1993-94; TOLEDO, 1993.

comuns e para os quais se desejava encontrar soluções. A noção de identidade, percebida em termos da existência de “fronteiras” sociais, atuou para reforçar a ideia de “pertencimento” e de afinidades. (GODOY, 2013, p. 112). Esses indivíduos estavam, assim, reunidos em torno de objetivos comuns, divisão de tarefas e, muito provavelmente, graus mais ou menos explícitos de hierarquias, ainda que o discurso dominante fosse o da ação coletiva e da horizontalidade das relações. (TOLEDO, 1993, p.22).

Além disso, os anarquistas em São Paulo não atuaram sob o manto do segredo<sup>4</sup>, pelo contrário, os núcleos reuniam-se em torno de periódicos, forma de organização que alguns dos imigrantes já haviam experimentado no país de origem. (BIONDI, 1993-94, p. 56). Ainda tratando desses indivíduos, há consenso acerca do papel destacado que italianos tiveram na implantação dos primeiros grupos libertários em cidades como Paterson, na América do Norte, e Buenos Aires, Montevideu e São Paulo, na América do Sul. (BIONDI, 1993-94, p. 78). Na virada do século XIX para o XX, aos provenientes da Itália juntaram-se espanhóis e portugueses, que trouxeram sua contribuição para o mundo operário paulista. Em levantamento realizado, Clayton Godoy identificou 87 militantes que atuavam nos principais jornais publicados na cidade, conforme se observa na tabela abaixo, elaborada pelo autor:<sup>5</sup>

Tabela I: Naturalidade dos militantes anarquistas de São Paulo (1892-1914)

NATURALIDADE	QUANTIDADE	%
Italiana	65	74,7
Espanhola	12	13,8
Brasileira	6	4,6
Portuguesa	4	4,6
<b>TOTAL</b>	<b>87</b>	<b>100</b>

Fonte: Organizada a partir dos dados coletados de GODOY, 2013.

<sup>4</sup> Tanto a historiografia sobre o período em discussão, que lidou com fontes policiais e diplomáticas, como as fontes de memorialistas do movimento não identificaram a existência de tipos secretos de agrupamentos anarquistas. Apenas grupos de propaganda espontaneamente constituídos com estatutos e reuniões públicas. Cf. RODRIGUES, 1999; LEAL, 2006; GODOY, 2013.

<sup>5</sup> Para mapear esses militantes, Clayton Godoy utilizou uma metodologia que restringiu o universo de militantes àqueles setores que foram mapeados ou pela historiografia, ou pela pesquisa social desenvolvida pelos memorialistas do movimento. Assim, o setor ligado à imprensa e, em menor medida, ao meio sindical, foi melhor representado em detrimento de militantes ligados a outros setores, tais como os grupos de teatro, escolas etc. Essa solução pode ter desnivelado a amostra em um duplo sentido: excluindo militantes que estiveram envolvidos com outros tipos de ação - eventualmente, ações violentas (expropriação, atentados etc.) e perfis sociológicos diferenciados (por exemplo, mulheres). A quase ausência de mulheres na listagem dos militantes pode ser considerada um produto de dois fatores associados: da época, já que diversos obstáculos se impunham à sua presença no espaço sociopolítico, e da historiografia, derivando de uma invisibilidade de gênero já algumas vezes ressaltada na historiografia. Cf. GODOY, 2016.

De acordo com Davide Turcato, 23% de todos os periódicos anarquistas em italiano publicados no exterior entre 1899 e 1913, foram impressos nos Estados Unidos (9%), Brasil (8%), Argentina (5%) e Uruguai (1%), evidenciando-se a importância dos italianos na imigração e formação da imprensa operária. (TURCATO, 2007). Os dados não discriminam cidades, mas cabe lembrar que, entre 1900 e 1935, dos onze jornais lançados na cidade de São Paulo com inclinação anarquista, apenas três eram escritos totalmente em português: *A Lanterna*, *A Terra Livre* e *A Plebe*. Todos os outros jornais editados, eram totalmente redigidos em italiano ou híbridos, contendo mais de um idioma:

Tabela 2: Periódicos anarquistas em São Paulo (1900-1935)

TEMPO PUBLICAÇÃO	TÍTULO	IDIOMA PUBLICAÇÃO
1900-1901	<i>Palestra Social</i>	Italiano, português, espanhol
1901-1904	<i>A Lanterna (1ª fase)</i>	Português, italiano
1902	<i>Germinal</i>	Italiano
1903	<i>La Nuova Gente</i>	Italiano
1902-1904	<i>O Amigo do Povo</i>	Italiano
1904-1912	<i>La Battaglia</i>	Italiano
1905-1910	<i>A Terra Livre</i>	Português
1906	<i>Il Libertario</i>	Italiano
1909-1914	<i>A Lanterna (2ª fase)</i>	Português
1913-1915	<i>Germinal-La Barricata</i>	Italiano, português
1915-1919	<i>Guerra Sociale</i>	Italiano
1917-1935	<i>A Plebe</i>	Português

Fonte: Organizada a partir dos dados coletados de GODOY, 2013.

A análise dos jornais estudados permite perceber a movimentação dos grupos de propaganda na produção de sua própria imprensa. E mais, a permeabilidade desses grupos e os benefícios dessa prática, seja para compor o grupo redator do jornal, ou para conseguir formas de financiamento, ou distribuição do impresso. Na virada do século XIX para o XX, já havia em São Paulo a formação de alguns grupos de anarquistas e seus jornais, vide o caso do *Centro Socialista Internacional*, criado ainda em 1892, que redigia os jornais *Gli Schiavi Bianchi* e *L'Asino Umano* (LEAL, 2006, p.12). Acompanhada dessa prática estava a sua permeabilidade e a mobilidade entre seus membros, como o caso das folhas *O Amigo do Povo* e *Germinal*. Eram grupos heterogêneos formados por imigrantes italianos, portugueses, espanhóis, além de alguns militantes brasileiros. *Germinal* foi editado pelo *Circolo Educativo*

e *Libertario Germinal*, formado, sobretudo por italianos, (BIONDI, 1993-94, p.57). Além dele, outro grupo de propaganda, o *Nuova Civiltà*, era o responsável pela coleta de notícias e financiamento para os jornais anarquistas de São Paulo<sup>6</sup>. Já o periódico *O Amigo do Povo*, idealizado a partir da ação de militantes portugueses, italianos, espanhóis e brasileiros, organizados no grupo de propaganda *Circolo Socialista Anarchico Cosmopolita* e o *Nuova Civiltà*; ambos eram responsáveis pelas tarefas de redação e distribuição do periódico, além de gerenciarem as listas de subscrição<sup>7</sup>.

Além disso, a análise das fontes revelou que os grupos se revezavam para auxiliar o trabalho de propaganda e a sobrevivência dos jornais. Em março de 1902, o jornal *Germinal* anunciou a organização de rifas e um baile, com sorteio de brindes, para arrecadar fundos para um novo jornal anarquista que seria lançado, redigido em língua portuguesa, *O Amigo do Povo*<sup>8</sup>. Além disso, os dois jornais admitiam a contribuição dos membros de ambos os grupos para a redação de artigos para os jornais. A prática seguiria em outros periódicos anarquistas, como o caso do *La Battaglia*, *A Terra Livre*, chegando a impressos que circulariam uma década depois como o *Guerra Sociale*, organizado pelo grupo que antes publicou o periódico *La Battaglia*, e *A Plebe*, passando pelo jornal anticlerical *A Lanterna*.

O grupo de propaganda de *O Amigo do Povo* redigiria o jornal até novembro de 1904. Na edição de número 63, publicava um artigo explicando o fim daquela obra e os planos que o grupo de propaganda almejava para continuar com a conscientização dos trabalhadores<sup>9</sup>. Em fevereiro de 1905, o grupo, que naquele momento seria renomeado para *Grupo A Terra Livre*, lançaria a revista literária *Aurora*, sendo publicada durante todo esse ano. E em dezembro de 1905, lançariam o jornal anarquista *A Terra Livre*, sendo publicado até meados de 1910. (SAMIS, 2009, p. 102). Esse fato demonstra que os grupos tendem a criar formas alternativas para não abandonar suas obras de propaganda, oferecendo outros elementos para que as publicações continuem ativas, seja na produção de novos materiais, como uma revista, seja na organização de um outro jornal, mas com um mesmo posicionamento político-ideológico (ALVARENGA, 2017, p. 37).

Nessa trajetória de produção dos jornais libertários, muitas folhas foram publicadas, algumas efêmeras, outras duradouras, mas seria em *A Plebe*, lançada em abril de 1917, que culminaria uma união de militantes, outrora espalhados em diversos grupos de propaganda, juntando forças para a produção de um jornal mais robusto, com uma melhor colaboração

<sup>6</sup> *O Amigo do Povo*, ano 1, nº 4, 24/05/1902. *Germinal*, nº 3, 15/03/1902.

<sup>7</sup> *O Amigo do Povo*, ano 1, nº 2, 01/05/1902.

<sup>8</sup> *Germinal*, nº 3, 15/03/1902.

<sup>9</sup> *O Amigo do Povo*, ano 3, nº 63, 02/11/1904.



e organização dos anarquistas. Como resultado, a folha se tornou um dos maiores periódicos operários a rodar no Brasil na primeira metade do século XX. (GRIGOLIN, 2019). Em torno de sua produção, estavam reunidos vários anarquistas, alguns já familiarizados com a produção de outros jornais, como o caso Edgard Leuenroth, fundador de *A Terra Livre*, Rodolfo Felipe e Florentino de Carvalho, fundadores de *Germinal – La Barricata*, em São Paulo, além de contar com a participação de militantes cariocas, mostrando a proximidade e união dos esforços dos grupos de propaganda presentes em São Paulo e Rio de Janeiro, desde a circulação de *A Terra Livre*, em 1906. Os militantes Astrojildo Pereira, Everardo Dias e José Oiticica, entre outros, também participaram do grupo de propaganda do jornal. (KHOURY, 1988).

Como pode-se perceber, na trajetória de publicação dos jornais libertários na Primeira República, várias pessoas se envolveram para a sobrevivência desses jornais. Esses indivíduos se agruparam de forma auxiliar o processo organizativo de produção, formando uma intensa rede de sociabilidade, no qual os redatores eram os mediadores dessas redes. Além disso, muitas dessas redes se entrecruzavam. Considerando que mesmo uma cidade em franco crescimento, como era o caso da cidade de São Paulo, o número de pessoas que se organizavam em torno dos grupos de anarquistas ainda era limitada; dessa forma era imprescindível que esses grupos praticassem a ajuda mútua para a produção de jornais e para a organização das redes de sociabilidade pelo interior do estado e até do país. O objetivo final para esses militantes era sempre o crescimento dessas redes e a capilaridade do envio dos jornais a localidades cada vez mais remotas. Claro, devido à ausência de mais fontes, é impossível elencar a trajetória de cada um destes militantes. Por esse motivo, o jornal passa a ser a única forma de compreendermos o trânsito destes pelo país e suas experiências compartilhadas. (SANTOS, 2015).

### **O jornal libertário: as diversas formas de financiamento**

Uma das primeiras movimentações em prol da produção de um jornal recaía na coleta de dinheiro para a concepção e impressão da folha. Não é possível analisar a materialidade dos jornais sem levar em conta as formas de obter financiamento, colocadas em práticas por esses diferentes grupos que se aventuraram nessa jornada. As decisões sobre a produção dos jornais subordinavam-se pela questão dos recursos disponíveis. A questão sempre presente se recolocava ao final de cada edição produzida.

Tomada a decisão de lançar uma folha, antes mesmo de projetá-la, era preciso mobilizar redes de militantes no sentido de angariar recursos. Para levar a cabo a primeira

edição, eram coletadas as doações, obtidas a partir das listas de subscrições ou via conferências, reuniões, rifas ou bailes beneficentes, para o que era essencial contar com espaços físicos como sedes de sindicatos, de sociedades de auxílio ou aluguel de sedes de clubes sociais. Porém, tais práticas esbarravam nas condições de vida e trabalho vigentes na São Paulo do início do século XX. (HALL, 2004). Assim, nem sempre essas mobilizações davam os resultados monetários esperados. Vê-se, portanto, o quão difícil era lançar o número inicial que, se bem recebido, poderia contar com a colaboração dos companheiros.

Tais problemas não se colocavam da mesma forma para a imprensa comercial. O crescimento acelerado de São Paulo, em termos populacionais e urbanos, decorrência da imigração e da industrialização, fazia da notícia um bem necessário, ao que se somava o sistema de estradas de ferro, que garantia a chegada dos exemplares no mesmo dia da publicação aos assinantes de locais recônditos. Dentre as indústrias florescentes estava o parque gráfico, que atendia às variadas necessidades da indústria e do comércio, produzindo rótulos, embalagens, folhetos publicitários e o diversificado material contábil e bancário, além da imprensa e do mercado livreiro (CAPELATO, 2015, p. 118).

Os grandes jornais montavam suas próprias oficinas tipográficas, caso do *Correio Paulistano*, *Estado de S. Paulo* e *Fanfula*, jornais diários que investiram na compra de maquinário para a impressão e composição de seus jornais. (VITORINO, 2000, p. 67). Nem todas as tipografias paulistanas estavam atualizadas, cabendo notar a convivência de diferentes tecnologias, “com a permanência de processos de composição e impressão que poderiam ser considerados ultrapassados, caso o padrão de comparação fosse o que de mais atual existia”. (VITORINO, 2000, p. 238).

Nesse sentido, o investimento em tecnologia por parte dos grandes jornais comerciais não se generalizou. É evidente que para aqueles que puderam se atualizar, a inserção de imagens, cores e projetos gráficos tornaram-nos mais atrativos e também mais baratos. Um jornal operário não teria como acompanhar essas rápidas mudanças, o que não significa que não houvesse tentativas de idealizar e introduzir mudanças estruturais na montagem e na *mise en page*, dentro dos limites de que dispunham.

Superado o desafio do primeiro número, os demais deveriam ser mantidos com novas doações e atividades semelhantes às já descritas, ao que se somavam, agora, as assinaturas, vendas avulsas e publicidades, apesar dessas últimas serem bem mais raras, pela própria natureza dos veículos.

Porém a estratégia predominante de financiamento era a subscrição voluntária, ou seja, ajuda organizada no sio dos trabalhadores e que se baseava na solidariedade. Era a

arrecadação que permitia a impressão de jornais, livros, opúsculos e panfletos. Para a autora Cláudia Leal, a subscrição voluntária era “uma forma de aquisição bastante difundida, por meio da qual leitores enviavam quantias quaisquer para contribuir com a manutenção de um jornal e recebiam exemplares para venda ou doação”. (LEAL, 1999, p. 75).

Essas listas eram espalhadas pelos bairros operários, seja em São Paulo ou no interior, ou até mesmo em outras cidades espalhadas pelo Brasil e exterior. Os interessados estipulavam o valor doado, o que era feito, não raro, de forma anônima ou por pseudônimos, por medo de represálias por parte dos patrões e da polícia. Os periódicos tinham por hábito publicar em sua página final o rol dos subscritores, o que estabelecia forte vínculo entre leitores/financiadores do jornal. E foi dessa forma que diversos jornais operários puderam circular.

Mas por que a subscrição voluntária era tão importante para os operários? Para a militância anarquista a solidariedade entre os membros era um ato importante para a construção das noções de “solidariedade” e “ação política direta” (WOODCOCK, 2014, p. 221). Esse é um fato que pode explicar o porquê alguns jornais não publicarem anúncios, a despeito da contribuição desses recursos para a sobrevivência dos jornais. A participação em grupos de propaganda, tanto quanto a contribuição para os mesmos, colaborava para a construção de laços de pertencimento a uma coletividade e lhe dava a possibilidade de participar de decisões e de sentir-se capaz de agir seguindo seus interesses. (GODOY, 2013, p. 113).

A forte presença de imigrantes em São Paulo também foi um fator decisivo para o sucesso – ou fracasso – das listas de subscrição. Num primeiro momento, os anarquistas residentes em São Paulo ainda eram muito marcados pela presença do europeu, sobretudo italianos, razão pela qual os jornais eram redigidos em língua italiana ou em outras línguas diversas do português. (SANTOS; SILVA, 2019, p. 62). A força dos imigrantes explica, pelo menos em parte, o sucesso de jornais como o *La Battaglia*, em relação a outros contemporâneos a ele, como *O Amigo do Povo* e *Germinal*. Tal circunstância alterou-se com o passar dos anos, em grande parte pela inserção na militância de brasileiros e de etnias diversas, como espanhóis e portugueses, por exemplo, como também pela necessidade que os imigrantes tinham de aprender pelo menos os rudimentos da língua local para se comunicarem com os trabalhadores brasileiros espalhados por outras regiões do Brasil menos sensíveis aos efeitos da imigração europeia. (TRENTO, 2013). É sintomático que, a partir de 1910, os jornais libertários fossem quase todos exclusivamente redigidos em português, sendo raros os que ainda se valiam da língua italiana, como o jornal *Guerra Sociale*.

O grande jornal libertário, *A Plebe*, era majoritariamente escrito em língua portuguesa, contendo apenas alguns artigos esporádicos em italiano ou espanhol.

Ao tomar como exemplo o jornal *O Amigo do Povo*, a análise indica que as subscrições vinham de quase todos os bairros operários de São Paulo, como o Ipiranga, a Mooca, o Brás e o Cambuci. Do interior de São Paulo também eram remetidas listas para a redação. As cidades mais ativas eram Sorocaba, Campinas, Salto, Itu e Santos. Estados como Minas Gerais, Paraná, Porto Alegre, Pará e Amazonas também remetiam listas de subscrição, bem como listas advindas do exterior, sobretudo Portugal e Itália. Essa movimentação de listas indicam o grau de difusão do jornal entre os operários de diferentes partes do país e do exterior<sup>10</sup>. A subscrição voluntária perdurou, na produção jornalística dos trabalhadores, durante todo o período de análise. Em jornais como *La Battaglia*, desde 1904 a 1912; *A Terra Livre*, entre 1905 e 1910; *Germinal-La Barricata*, entre 1913 e 1915; o *Guerra Sociale*, entre 1915 e 1917; chegando até ao jornal *A Plebe*, entre 1917 e 1935, todos utilizaram dessa forma de financiamento como forma principal de captação de recursos.

Como forma de prestação de contas, a maioria dos jornais operários oferecia informações sobre o balancete de suas edições, quesito muito importante para elucidar o cotidiano das folhas. Pelo balancete era possível estabelecer a saúde financeira, além de compreender como os responsáveis administravam os recursos adquiridos. Na maioria das vezes, os valores coletados eram limitados em relação às dívidas contraídas pelos editores para impressão, ainda somando outros gastos como distribuição, aluguel de sede, renovação de tipos, correio etc. Para ilustrar essa constatação, cita-se aqui o gráfico sobre a trajetória de doação para o jornal *A Terra Livre* no primeiro ano de sua publicação (1906). Como pode-se observar, não há uma constância no ritmo de doações, configurando-se impossível manter a saúde financeira do jornal por um momento extenso:

---

<sup>10</sup> *O Amigo do Povo*, ano 1, 28/03/1903. *O Amigo do Povo*, ano 3, nº 63, 02/11/1904.

Figura 1

Gráfico sobre as doações no primeiro ano de publicação do jornal *A Terra Livre*



Fonte: Dados coletados a partir dos jornais presentes no Arquivo Edgard Leuenroth

Se o padrão dominante de financiamento foi sempre a subscrição voluntária, as outras formas já citadas (vendas, assinaturas, eventos para arrecadar fundos e, em alguns casos, a publicidade) foram estratégias para *A Plebe* e *A Lanterna*, títulos longevos que se valeram de anúncios, alocados nas páginas finais dos exemplares. É preciso lembrar que o redator Edgard Leuenroth, esteve envolvido diretamente na produção desses dois periódicos. Também é importante frisar que o militante, entre 1909 e 1920, também trabalhava em uma agência publicitária criada por ele e seus irmãos, denominada *Eclética*. Não há maiores informações sobre o funcionamento dessa agência, apenas os dados reunidos por Yara Khoury<sup>11</sup>. Porém, é muito provável que a agência angariasse anunciantes para os jornais *A Lanterna* e *A Plebe*.

<sup>11</sup> Embora os jornais anarquistas não trabalhassem com publicidade para seu sustento, Edgard Leuenroth e seus irmãos, decidiram criar a agência *Eclética*, com a intenção de não criar o espírito de propaganda burguesa nessas folhas. A agência envolveu-se com atividades de uma verdadeira empresa capitalista, que prestava serviços publicitários, organizava anúncios classificados, representava jornais com uma atividade informativa, mas também comercial. A agência dedicava-se também em angariar anúncios entre os negociantes do bairro, enquanto Leuenroth fazia todos os trabalhos de escritório. Este, procurando manter-se fiel aos seus princípios libertários, não aceita ser sócio dos irmãos; era apenas um funcionário. A *Eclética* tornou-se conhecida na cidade, através de sua atividade de distribuição do almanaque 'Werneck', da venda do 'Diário Oficial' e de leis editadas pela Imprensa Nacional. Cf. KHOURY, 1988, p. 46-47.

A análise do que se anunciava revela que se tratava de empresas de pequeno porte, que compunham o comércio dos bairros operários, além das próprias tipografias que imprimiam os jornais. Em alguns dos balanços publicados pelos periódicos, constavam os valores pagos pelos anunciantes, outras vezes há informação quanto ao preço cobrado por centímetro quadrado de anúncio. O que se arrecadava com a venda de espaço deve ter representado um recurso importante para a sobrevivência dos jornais, mas também atesta – o que talvez seja até mais relevante - o vínculo das publicações com a vida cotidiana dos bairros operários da cidade.

À medida que os libertários conseguissem formas de financiamento para suas empreitadas com a imprensa, o próximo momento era a reflexão sobre a materialidade dos jornais, tendo o formato, a composição e o nome como fatores importantes de análise para entendermos a produção jornalística do operariado paulistano.

### O jornal libertário: da diagramação à composição

A análise da idealização do dispositivo *jornal* indica que os trabalhadores mobilizaram a experiência adquirida no cotidiano das tipografias para tornar realidade suas publicações, a despeito de todas as dificuldades enfrentadas. Uma vez decidido o lançamento de um jornal, assegurando os recursos mínimos necessários para a produção do primeiro número, dentro das possibilidades que o contexto e os recursos permitiram, o próximo passo era concretizar o projeto gráfico imaginado por meio da composição e posterior impressão, o que dependia de se assegurar uma tipografia na qual o trabalho seria realizado.

Em estudo pelos diversos títulos lançados em São Paulo, pode-se definir um jornal operário como um dispositivo informacional criado dentro de uma área espacial composta por quatro páginas, impresso em formato variável que estava na interseção entre os atuais tabloide (28cm de largura por 43cm de comprimento) e o *standart* (60cm de largura por 75cm de comprimento), nomenclaturas que definem o tamanho dos jornais contemporâneos. No início do século XX, os jornais operários possuíam, em média, 32 cm de largura, chegando, em alguns momentos, a medir até 37 cm de largura, por uma altura que variava entre 47 e 54 cm de altura, formato então denominado “ofício”, (FREIRE, 2009, p. 298), cuja mancha gráfica de impressão tinha, em média, de 25 a 32cm de largura. Essas medidas, longe de serem aleatórias, relacionam-se com as larguras das prensas mecânicas, fossem de madeira ou de metal, das tipografias da época. Era esse o formato padrão que o grupo responsável dispunha para difundir as informações julgadas como pertinentes.

A escolha pelo formato do jornal também pode ser vista como um processo de aprendizado, com acertos e erros, que remonta essa experiência, em construção, de se fazer uma imprensa operária. Um exemplo interessante é fornecido pelo periódico *La Battaglia*, lançado em quatro páginas e formato pequeno (32cm de largura por 48cm de comprimento), com quatro colunas, bastante semelhante ao padrão já adotado pelos demais jornais anarquistas publicados em São Paulo até 1904, como *O Amigo do Povo* e *Germinal*. Ainda no primeiro ano de publicação<sup>12</sup> o jornal adotou padrão semelhante ao utilizado por *A Lanterna*<sup>13</sup> e passou a medir 34cm por 50cm, com cinco colunas. Nova alteração ocorreu em 1906<sup>14</sup>, com a adoção do padrão 38cm de largura por 54cm de comprimento, mantido até 1912, quando o *La Battaglia* foi substituído pelo jornal *Germinal – La Barricata*.

Adiante, um segundo passo, a composição tipográfica, trabalho que cabia ao tipógrafo-compositor, consistia na disposição de elementos gráficos nas páginas dos impressos, ou seja, o design do jornal, as marcas físicas impressas, que se expressavam na forma como se dava a separação das colunas, o uso de recursos estilísticos, a exemplo de caixas de texto, filetes, fontes-fantasia para delimitar o nome do jornal, artigo e seções, enfim, elementos que definiam a identidade do periódico frente aos leitores e a outros impressos que circulavam pela cidade. Esses elementos identificavam a folha sob o ponto de vista visual. Trata-se aspectos importantes para compreender a imprensa operária e suas práticas, cabendo questionar, também para esse aspecto específico, as aproximações e distanciamentos em relação aos jornais empresariais.

No que diz respeito à questão da composição, pode-se perguntar se os próprios editores, entre os quais predominam os tipógrafos, eram responsáveis pela composição ou se, pelo contrário, o serviço era contratado numa das inúmeras tipografias espalhadas pelos bairros operários e pelo centro da cidade de São Paulo. Ainda que nem sempre seja possível estabelecer com certeza o processo escolhido, não se pode perder de vista que a composição e a impressão dos jornais operários estiveram, muitas vezes, a cargo dos próprios envolvidos no seu lançamento. Esses trabalhadores, que obviamente dominavam a escrita, sempre se destacaram pela politização e precoce organização em sociedade mutuais e sindicatos. (VITORINO, 2000, p. 136). Também tiveram protagonismo na produção doutrinária e literária, além de terem sido responsáveis pela tradução de obras, textos de jornais, revistas e opúsculos que discutiam a situação dos trabalhadores e divulgavam ideais libertários e

<sup>12</sup> *La Battaglia*, ano I, nº 12, 11/09/1904.

<sup>13</sup> *A Lanterna*, ano I, nº 2, 01/04/1901.

<sup>14</sup> *La Battaglia*, ano 3, nº 70, 15/03/1906.

socialistas. Não por acaso, já em meados do século XIX, os tipógrafos do Rio de Janeiro fundaram entidades como a Associação Tipográfica Fluminense (1853), o Club 13 de Maio (1888) e, já no século seguinte, em São Paulo, a União dos Trabalhadores Gráficos (1904), além de colaborarem ativamente com a formação da Confederação Operária Brasileira, em 1906. (VITORINO, 2000, p. 101).

No caso da cidade de São Paulo, em análise pelas fontes, verificou-se a presença de diversas tipografias em bairros operários, como o Brás e o Ipiranga, e mesmo no centro da cidade, gerenciadas por profissionais brasileiros e por imigrantes de diversos países, dos quais saíam parte dos jornais operários em circulação na cidade de São Paulo. Há exemplos de jornais que arriscaram adquirir seu próprio maquinário para compor e imprimir, a exemplo da folha *O Amigo do Povo*. Após ser impresso em várias tipografias diferentes, os responsáveis pela folha mobilizaram-se e organizaram listas de subscrição destinadas à compra<sup>15</sup>, que se concretizou com a instalação de uma pequena oficina, em fevereiro de 1903, no mesmo endereço da redação do jornal, na rua Bento Pires, nº 35, no Brás. A tipografia, denominada Typografia Libertária<sup>16</sup>, imprimia o jornal, além de produzir material destinado à educação libertária. A iniciativa teve vida efêmera, o que indica as dificuldades desse tipo de solução, tanto que a tipografia acabou fechada, sem que se tenha maiores informações acerca das causas do fracasso. Em menos de um ano, em dezembro de 1903, o próprio jornal anunciaria a sua venda<sup>17</sup>.

Vê-se, portanto, que a opção de possuir a própria tipografia não se mostrou viável. A outra opção poderia ser pagar pelo serviço, entretanto, parece pouco provável que se tratasse de uma simples terceirização, para utilizar um termo contemporâneo. Parece pouco provável que os idealizadores de um título, mesmo que pagassem para uma tipografia realizar o serviço, abdicassem de opinar sobre como colocar em prática o projeto, ainda mais porque tinham experiência e vivência na questão. A proliferação dessas pequenas gráficas, com tecnologia nem sempre atualizada, ofereciam uma gama diversificada de possibilidades, inclusive com preços relativamente módicos, ao que se soma possíveis relações pessoais e de solidariedade, não sendo de se descartar que alguns dos idealizadores trabalhassem nessas empresas. A tabela abaixo apresenta o preço da composição e da impressão cobrado por tipografias que imprimiram alguns dos jornais operários paulistanos:

<sup>15</sup> *O Amigo do Povo*, ano I, nº 16, 17, 18, dez/jan. 1902/1903.

<sup>16</sup> *O Amigo do Povo*, ano I, nº 21, 15/02/1903.

<sup>17</sup> *O Amigo do Povo*, ano 2, nº 40, 01/12/1903.



Tabela 3: Relação das tipografias que imprimiram os jornais e os valores cobrados

TIPOGRAFIA/JORNAL	VALOR COBRADO
Montalban & Grippa ( <i>O Amigo do Povo</i> , 1903)	96\$500 (2000 exemplares)
Typ. Commercial ( <i>A Lanterna</i> , 1901)	550\$000 (20000 exemplares)
F. A. Schetini ( <i>Germinal</i> , 1902)	50\$000 (1000 exemplares)
Tipografia não informada ( <i>A Terra Livre</i> , 1907)	100\$000 (4000 exemplares)
Capaci, Susini & Cia. ( <i>La Battaglia</i> , 1909)	140\$000 (5000 exemplares)
Tipografia própria ( <i>A Plebe</i> , 1917)	433\$000 (9500 exemplares)

Fonte: Dados compilados a partir dos jornais presentes no Arquivo Edgard Leuenroth

Conforme se observa na tabela, o preço cobrado variava de acordo com o momento de impressão e com a tiragem de cada jornal: quanto maior a tiragem, mais barato ficaria o preço unitário da edição. Em média, uma tipografia cobrava 40 réis por cada jornal montado e impresso. Diante das constantes dificuldades econômicas, os jornais migravam de uma a outra empresa, sempre em busca do menor preço, circunstância que explica o fato de as folhas terem sido produzidas em diversas tipografias no decorrer de sua história, contando diversas mudanças em seu visual gráfico.

Uma vez escolhida a tipografia, os envolvidos deveriam tratar da montagem das páginas do jornal, segundo o projeto gráfico escolhido por eles. O processo de composição tinha início ainda na mesa de trabalho do tipógrafo, oportunidade em que escolhia as fontes e os recursos estilísticos de diferenciação na montagem da página. Na primeira década do século XX, os jornais impressos na cidade de São Paulo, fossem comerciais ou operários, eram compostos manualmente e, posteriormente, levados às prensas mecânicas, operados por tipógrafos impressores e que ainda guardavam características artesanais. No caso dos títulos comerciais, a atualização tecnológica dinamizou o processo de composição, com a importação das máquinas Linotipo, que substituíram a caixa tipográfica e os tipos móveis. Além disso, houve o avanço na impressão, graças às prensas rotativas fabricadas por Marinoni, que, além de aumentar exponencialmente a tiragem dos jornais, permitiu o aumento das dimensões (FREIRE, 2009, p. 298-299).

Preocupação e dilema constantes também era o espaço disponível para a impressão, fato que acabava por aproximar, do ponto de vista visual, as diferentes folhas. Contudo, isso não significa homogeneidade absoluta: a análise pelos diferentes projetos gráficos mostra

criação e inventividade dentro de circunstâncias pouco favoráveis. Dentre os pontos em comum, destacava-se a diagramação linear e verticalizada, ou seja, o texto começava na coluna mais à esquerda e recomeçava no alto da coluna seguinte, aliás, como era praxe em todos os periódicos, com disposição simétrica dos elementos. Em geral as seções não ocupavam espaços físicos, podendo migrar de uma página a outra e não existia fragmentação do texto, na forma de peças explicativas, ou matérias coordenadas, por exemplo. Os textos começavam na primeira página e seguiam linearmente, ao longo das páginas, até o fim da edição. (FREIRE, 2009, p. 299). Por muitos anos esse modelo de produção aproximou o jornal operário dos jornais comerciais, que também o adotavam.

Nesse sentido, os periódicos procuravam possuir um certo padrão de editoração, como no casos dos cabeçalhos, com o uso de fontes fantasia para construir o nome do jornal, que hoje denomina-se como logomarca; a divulgação de informações padronizadas acerca da localização da redação, formas de financiamento e preço de compra de cada edição; o uso de frases de efeito, ou seja, as epígrafes ou slogans, que expressavam princípios políticos e explicitavam os sentidos do nome do jornal; o uso de recursos estilísticos no processo de editoração, como linhas gráficas para a separação entre títulos das seções e entre colunas verticais ou horizontais, o uso filetes ou blocos estilísticos para obter uma harmonização na construção da página do jornal; a disposição das charges e fotografias, tomando-se o cuidado de não exceder o espaço limitado pelas colunas; a disposição espacial de anúncios publicitários na última página; o valor simbólico das seções, representadas pela disposição espacial na página do periódico; e, por fim, a relação entre a área espacial de impressão do jornal, representada pela mancha gráfica de impressão e a quantidade de caracteres impressos no dispositivo.

Na imagem abaixo, temos um exemplo da edição da capa do jornal *Guerra Sociale*<sup>18</sup> para demonstrar como um jornal operário era organizado visualmente, como forma de atrair a atenção do leitor e as várias nuances do *design* podem ser verificadas.

---

<sup>18</sup> *Guerra Sociale*. Ano 2, nº 17, 29/04/1916.

Figura 2: Modelo de diagramação de um jornal operário Guerra Social (1916).

ISSN: 2177-9961

ANO XI, Nº 21, Julho/2020



Fonte: Centro de Documentação e Memória (CEDEM/UNESP)

Como pode-se perceber, ao longo dos anos de publicações da imprensa operária, vários elementos foram sendo adicionados e outros se perderam ao decorrer do caminho de construção de um arcabouço técnico visual. O processo de aprendizagem, como parte da experiência dos trabalhadores em produzir seus próprios jornais fizeram dessas folhas

um verdadeiro laboratório, cujos erros e acertos moldaram a forma como esses operários se comunicaram com seus pares.

Ao tratar do processo de editoração, esse aprendizado, sobretudo em momentos de conturbada situação financeira, obrigou os responsáveis a tomarem decisões drásticas para não permitir que sua obra de propaganda morresse por falta de recursos: diminuíram o tamanho das páginas, colocaram mais informações possíveis dentro das áreas de impressão, negociaram com tipografias diferentes buscando baratear a impressão, e muitas outras alternativas utilizadas para a sobrevivência do jornal.

### O jornal libertário: a circulação dos exemplares

Analisar a circulação dos impressos operários é tarefa complexa, sobretudo devido à falta de informações disponíveis e à dificuldade de avaliar a recepção de um dado título no seio da classe trabalhadora. Muitos desses jornais sequer ofereciam informações sobre tiragem e periodicidade. Em outros casos, essas informações até estavam presentes, mas o caminho percorrido pelos exemplares raramente pode ser retraçado.

Entretanto, há alguns indícios que contribuem para que se esclareçam ao menos parcialmente, esses enigmas. O primeiro deles está presente nas listas de subscrição, cujas caracterização e funcionalidade já foi objeto de análise. Contudo, elas podem fornecer dados preciosos sobre a circulação do periódico, haja vista que os responsáveis remetiam as edições para os que se encarregavam da recolha das contribuições, personagens que também tinham a obrigação de fazer circular o jornal entre companheiros e outros eventuais leitores.

O segundo caminho diz respeito à venda avulsa de jornais, levada a cabo por “representantes oficiais” do grupo responsável, espalhados em diferentes cidades do Estado e do país e cuja tarefa era a de divulgar as folhas, fato que pode ter contribuído para a difusão mais ampla de alguns títulos paulistanos. Veja que, nesses casos, tratava-se de militantes bem organizados, com ramificações em diferentes espaços geográficos, por vezes bem distante da cidade de São Paulo, chegando até mesmo além das fronteiras nacionais. Não era raro que os jornais divulgassem a lista desses representantes, o que permite avaliar a capilaridade da rede.

Um terceiro caminho é observar a coleta de assinaturas, feitas diretamente junto ao jornal ou pelos representantes anteriormente citados que, além de vender o exemplar isolado, também assumiam essa tarefa. Tendo em vista as dificuldades em termos de periodicidade e regularidade, nem sempre era possível contar com representantes fixos, daí a estratégia de anunciar pelo jornal a visita de militantes em determinada região do Estado

para recolher apoio financeiro (fosse por subscrição ou assinaturas) para o periódico, aproveitando-se o ensejo para a realização de conferências de propaganda, um meio de divulgar a doutrina abraçada pelo grupo e convencer os reticentes sobre a importância da causa e do jornal. Todos esses elementos fornecem pistas indiretas sobre financiamento, mas também acerca da penetração e difusão da folha.

A recepção, por seu turno, pode ser avaliada a partir das seções de cartas e avisos publicados. Era hábito dar a conhecer a correspondência que chegava à redação e também cobrar resultados dos companheiros a quem se remetiam as edições e de quem se esperava receber os valores correspondentes. A análise desse conteúdo também oferece ao pesquisador caminhos para verificar como se davam as comunicações dos responsáveis pelas folhas com esses trabalhadores.

Dessas informações permitem colocar questões sobre a circulação, numa tentativa de entrecruzar indícios e, desta forma, elucidar os canais de comunicação mantidos pela militâncias. Além disso, é importante descrever essas trajetórias de circulação, identificando períodos de intensa produção ou de arrefecimento, em função de perseguições policiais e/ou de problemas para a sobrevivência financeira das folhas.

Assim, resolvida as questões relativas à composição e à impressão, era necessário organizar os canais de circulação, tarefa que implicava em intensa mobilização para fazer chegar os exemplares aos seus destinatários. Começava, então, a luta pela venda avulsa e de assinaturas, mensais, semestrais ou anuais, o que indica o otimismo de seus responsáveis, que pretendiam assegurar vida longa ao periódico. Por certo, tais esforços poderiam ser apoiados por simpatizantes, estranhos ao ambiente operário, mas que se interessavam pelo tema, ainda que esse público em potencial fosse restrito. Em se tratando dos trabalhadores, os responsáveis recomendavam o uso da subscrição voluntária como forma mais viável de angariar recursos e de divulgação das edições<sup>19</sup>. Cabe destacar, contudo, que as assinaturas, ainda que possíveis, não se constituíam, a exemplo do que se observa para a imprensa empresarial, um meio muito difundido. As próprias incertezas que cercavam as folhas acabavam por favorecer a subscrição voluntária, método mais difundido, pelo menos a julgar pelos dados presentes no conjunto de jornais estudados.

Alguns militantes assumiam a responsabilidade de percorrer o Estado para angariar fundos ao jornal. Era o caso de Oreste Ristori e Angelo Bandoni, que desde 1900 já desempenham essa função. Em 1902, quando participavam do grupo responsável pelos

---

<sup>19</sup> *A Terra Livre*, ano I, nº 6, 24/03/1906.

jornais *O Amigo do Povo* e *Germinal*, eles realizavam, pelo menos uma vez por mês, viagens pela *São Paulo Railway*, com destino a cidades como Jundiaí, Sorocaba e Salto de Itu, além de Santos<sup>20</sup>. Nessas cidades, costumavam-se reunir nos bairros industriais, realizarem pequenas reuniões nas quais se discutia os princípios e as propostas anarquistas<sup>21</sup>. É claro que se aproveitava a ocasião para distribuir edições das folhas operárias, cabendo esclarecer que as despesas eram custeadas com recursos dos jornais, que assim tinham que prever tais custos de distribuição.

Depois do desaparecimento desses dois jornais, Oreste Ristori continuou a desempenhar regularmente essa função para outras folhas, a exemplo dos periódicos *La Battaglia* e *A Terra Livre*, entre 1904 e 1912, que continuavam a ser valer das conferências de propaganda para obter doações e distribuir jornais pelo interior. Após essa data, não há menções da atuação de Ristori, que foi deportado pela polícia com base na Lei Adolpho Gordo. (ROMANI, 1998).

Após 1910, outros militantes assumiram esse protagonismo, como Rodolfo Felipe, editor do *Germinal-La Barricata*, a partir de 1913, que percorria o estado para distribuir o jornal<sup>22</sup>. Ele também desempenhou a tarefa para outros jornais, como o *Guerra Sociale*, no ano de 1915, acompanhado por Gigi Damiani, e para *A Plebe*, entre 1919 e 1935. Antes, ou seja, entre 1917 e 1919, a cobrança de assinaturas e distribuição do jornal pelo interior coube ao militante Zeferino Oliva, que viajava por toda linha *Bragantina*, entre São Paulo e Minas Gerais, e pela *Santos-Jundiaí*<sup>23</sup>. Na *Mogiana*, empresa ferroviária que ligava São Paulo ao Triângulo Mineiro, com passagem por Campinas e Ribeirão Preto, cidades das mais importantes do interior do Estado, as tarefas eram realizadas pelo militante Antônio Abranches<sup>24</sup>. Porém, os resultados com assinaturas não se configuravam como interessantes para a circulação de um jornal. Na edição número 9 de *O Amigo do Povo*<sup>25</sup>, foi publicado balancete no qual constava o número de assinaturas até então recolhidas por Ristori, todas anuais, ao preço de 2\$000 e que não ia além de 12. Não há dados para os demais jornais,

<sup>20</sup> *O Amigo do Povo*, ano I, nº 4, 24/05/1902. *Germinal*, nº 3, 15/03/1902.

<sup>21</sup> *O Amigo do Povo*, ano I, nº 15, 08/11/1902.

<sup>22</sup> “Prevenimos aos companheiros que o camarada Rodolfo Felipe chegará a cidade de Santos no domingo, 30 do corrente, para fazer a cobrança e distribuir essa folha e também para angariar assinaturas”. Cf. Aviso aos camaradas de Santos. *Germinal-La Barricata*, nº 3, 30/03/1913.

<sup>23</sup> “Conforme temos noticiado, estamos precedendo a cobrança de assinaturas e venda de jornais. O nosso companheiro Zeferino Oliva visitará nos próximos dias as localidades da Linha Bragantina e Santos. Em S. Paulo também estamos visitando nossos assinantes”. Cf. A nossa cobrança. *A Plebe*, ano I, nº 10. 18/08/1917.

<sup>24</sup> *A Plebe*, ano I, nº 17, 14/10/1917.

<sup>25</sup> *O Amigo do Povo*, ano I, nº 9, 01/08/1902.

somente *A Plebe*, em 1919, informou 45 assinaturas, sendo 25 anuais, 19 semestrais e 1 trimestral<sup>26</sup>.

Para atingir lugares mais remotos, o recurso era a postagem pelo correio, sendo que o preço médio para mil exemplares girava em torno de 1\$450 réis, valor que não se alterou de maneira significativa durante o período estudado. As postagens pelo correio remetem para as listas de subscrição, uma vez que se tratava de remeter o exemplar para quem havia contribuído ou assinado a publicação. É provável que os responsáveis partissem de uma lista prévia de militantes, aos quais enviavam as primeiras edições, na expectativa de contar com o apoio dos companheiros para doar e para obter doações. É óbvio que o primeiro apoio a ser conquistado seria dos já engajados na causa, depois a propaganda se encarregaria de expandir o círculo de leitores, fossem operários ou simpatizantes da causa.<sup>27</sup> Com o decorrer da publicação, outras listas de subscrição somavam-se às já existentes, o que aumentava a circulação do jornal.

As seções de cartas e avisos também atestavam a circulação desses jornais. *O Amigo do Povo* e *Germinal*, entre 1902 e 1904, tinham a prática de enviar recados na seção de correspondência para grupos de propaganda em outros países, meio de dar visibilidade à propaganda realizada pelos anarquistas no Brasil. A prática era comum, tanto que *O Amigo do Povo* e o *Germinal* enviaram jornais para Belo Horizonte, Amparo, Sorocaba e Ribeirão Preto, além de recados pela seção de cartas exortando os militantes dessas cidades a buscar informações sobre a recepção dos exemplares por parte dos trabalhadores locais.

*La Battaglia*, entre 1904 e 1906, momento em que teve início a seção de correspondências, também procurou contato com grupos de propaganda no exterior, em especial com os anarquistas do *La Protesta* de Buenos Aires, cujo os responsáveis trocavam artigos, poesias e peças teatrais, além de distribuírem o jornal *La Battaglia* na cidade portenha. Já em Montevideu, os responsáveis trocavam correspondências com o Círculo Internacional<sup>28</sup> e consultaram sob a possibilidade de enviar novelas libertárias para o jornal.

Essas informações são importantes pois a sobrevivência dos jornais dependia desse alargamento das redes de colaboradores, pois quanto mais a folha se torna conhecida maior era a possibilidade de ampliar a circulação, sobretudo no exterior, fosse Buenos Aires, Lisboa ou Montevideu. Não se pode esquecer o caráter internacionalista do momento operário, como exemplifica o caso do português Neno Vasco, que por certo mantinha laços com

<sup>26</sup> *A Plebe*, ano 2, n° 7, 05/04/1919.

<sup>27</sup> Cf. *O Amigo do Povo*, ano I, n° 9, 16/07/1902; *Germinal*, n° 3, 15/03/1902; *La Battaglia*, ano I, n° II, 04/09/1904.

<sup>28</sup> *La Battaglia*, ano I, n° 14, 26/09/1904.

companheiros em sua terra natal. (SAMIS, 2009, p. 101). Oreste Ristori, Angelo Bandoni e Gigi Damiani, todos responsáveis pelo *La Battaglia*, antes de aportarem no Brasil, passaram algum tempo em Buenos Aires e Montevideu e, muito provavelmente, estreitaram laços com os militantes lá residentes, tecendo uma rede de colaboração que continuou ativa quando se instalaram em São Paulo. Mais uma vez, esses exemplos apontam para o intenso trânsito dos intelectuais militantes. (BIONDI, 1993-94, p. 82); (ROMANI, 1998, p. 44).

Por fim, a análise desses dados demonstra que a constituição de um amplo circuito de colaboradores foi fundamental para a circulação e sobrevivência dos jornais. Ao salientar que os militantes foram responsáveis por sua distribuição, além de constituírem a maior parte daqueles que financiavam os jornais, parece evidente que essa foi a estratégia delineada para tornar possível a existência dessas publicações. Também é preciso não perder de vista que, mesmo se parcela pequena da militância estivesse envolvida diretamente na confecção dos jornais, esses indivíduos não mediram esforços para tornar possíveis essas folhas, revezando-se na idealização, produção e circulação dessa imprensa, ao longo de décadas a fio, mesmo sob o risco de deportação e diante da perseguição da polícia, o que é mais do que suficiente para atestar o grau de engajamento e a subjetivação de uma ética da militância anarquista no Brasil (GODOY, 2016, p. 737).

### **O jornal libertário: uma possível conclusão**

Ao longo desse artigo, o esforço foi o de evidenciar o processo de produção dos jornais operários: projeto gráfico, estratégias de financiamento e de circulação. Se não há dúvidas quanto à especificidade dessa imprensa, que não se confunde com a empresarial, o esforço foi o de evidenciar os pontos de contato, que são maiores do que normalmente se admite, e as suas especificidades.

Observa-se ainda, que se tratou, mesmo que de maneira superficial, de aspectos da materialidade e de sua circulação, mas claro, para um pesquisador da imprensa, outras questões podem surgir em uma análise pelos jornais, como, por exemplo, levar a cabo uma análise dos colaboradores, afinal, quem escrevia nesses jornais? Qual o grau de proximidade/distanciamento em relação aos profissionais da imprensa, como os produtores de notícias advindos do mundo do trabalho? Como caracterizar o colaborador desses jornais? É possível perceber algum grau de profissionalização entre os que se colocavam à frente da imprensa operária? Esses jornais caracterizavam-se pelo debate e o enfrentamento de ideais ou eram predominava uma só voz? Enfim, esses são alguns dos desafios que os



próximos passos de uma pesquisa, tendo como objeto a imprensa pode oferecer ao historiador.

### Referências

ALVARENGA, Lucas Thiago Rodarte. *O homem livre sobre a terra livre: o tipógrafo, o jornalista libertário e a rede social do jornal A Terra Livre (1905-1910)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos/SP, 2017.

BIONDI, Luigi. *La stampa anarchica in Brasile: 1904-1915*. Dissertação de mestrado defendida junto ao departamento de "Storia Contemporanea" da Università degli Studi di Roma "La Sapienza", 1993-1994.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Ibrasa, 1972.

BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)*. Revista Brasileira de Comunicação. São Paulo, vol. XX, nº 2, pp. 87-102. Jul./dez 1997.

CAPELATO, Maria Lúcia. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: PRADO, Maria Lígia Coelho; VILLAÇA, Mariana (org.). *Histórias das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas. CAPES, 2015.

CORDERO, Laura Fernández. El periódico anarquista Nuestra Tribuna: un diálogo transnacional en América Latina. *Anuario de Estudios Americanos*. Sevilha, Espanha, n.74, vol.I, enero-junio, 2017, p. 267-193.

CRUZ, Heloísa Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana, 1890-1915*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ed. Atica, 1988.

FREIRE, Eduardo Nunes. O design no jornal impresso diário. Do tipográfico ao digital. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, p. 291-310, dez. 2009.

GODOY, Clayton Perón Franco. *Ação direta: transnacionalismo, visibilidade e latência na formação do movimento anarquista em São Paulo (1892-1908)*. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia - Universidade de São Paulo, 2013.

GODOY, Clayton Perón Franco. A Hidra Negra: mobilidade internacional de militantes e canais de comunicação no movimento anarquista em São Paulo (1892-1914). *Anais do I Congresso Internacional de Investigadores sobre Anarquismo*. Buenos Aires: Argentina. 26 a 28 de outubro de 2016, p. 733-753.

GOMES, Leandro Ribeiro. *Visões de utopia: imaginário e pensamento político na imprensa operária brasileira*. Tese de doutorado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis-SP, 2019. 538p.

GRIGOLIN, Fernanda. Expressão, registro e propaganda: o anarquismo impresso em A Plebe. *Anais do 30º Simpósio Nacional de História: História e o futuro da educação no Brasil*. Recife: Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil, 2019. Disponível em: [https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1563900069\\_ARQUIVO\\_Anpuh\\_final\\_Grigolin.pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1563900069_ARQUIVO_Anpuh_final_Grigolin.pdf).

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: Ed. Unesp. 2014.

HALL, Michael M. Entre a etnicidade e a classe em São Paulo. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Federico; FRANZINA, Emilio (org.). *História do trabalho e história da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo; FAPESP, 2010.

KHOURY, Yara Maria A. *Edgar Leuenroth: uma voz libertária: Imprensa, memória e militância anarco-sindicalista*. São Paulo: Tese de Doutorado em Sociologia, USP, 1988.

LEAL, Cláudia Feierabend Baeta. *Anarquismo em verso e prosa: literatura e propaganda na imprensa libertária em São Paulo*. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas, 1999.

LEAL, Cláudia Feierabend Baeta. *Pensiero e Dinamite: Anarquismo e repressão em São Paulo nos anos 1890*. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2006.

MACIEL, Laura Antunes. Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores? *Revista História & Perspectivas*. Uberlândia, nº 38, pg. 89-135, julho/dezembro de 2008.

PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX (1890-1954)*. Vol.3. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2004.

RODRIGUES, Edgar. *Os companheiros*. Florianópolis/SC: Ed. Insular, 1998.

ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas, 1998.

SAMIS, Alexandre Ribeiro. *Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e as estratégias sindicais nas primeiras décadas do século XX*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2009.

SANTOS, Kauan Willian dos. Derrubando fronteiras: a construção do jornal A Plebe e o internacionalismo operário em São Paulo (1917-1920). *Revista História e Cultura*. Franca/SP, vol. 4, n. 1, março de 2015.

SANTOS, Kauan Willian dos; SILVA, Rafael Viana da (org.). *História do Anarquismo e do Sindicalismo de intenção revolucionária: novas perspectivas*. 1ª ed. Curitiba: Ed. Prismas, 2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 1999.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol.I. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

TOLEDO, Edilene. *Em torno do jornal O Amigo do Povo: os grupos de afinidade e propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, 1993.

TRENTO, Angelo, *Imprensa italiana no Brasil, séculos XIX-XX*. São Carlos: Ed. UFScar, 2013. Trad.: Roberto Zaidan. 276p.

TURCATO, Davide. Italian Anarchism as a transnational movement, 1885-1915. *International Review of Social History*, Vol. 52, Nº 3, dez. 2007, p. 407-444.

TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2004;

VITORINO, Artur José Renda. *Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

WOODCOCK, George. *Histórias das ideias e movimentos anarquistas*. Vol 1: a ideia. Porto Alegre: Ed. LP&M, 2014.

